CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N° 520/71

Aprovado em 29/11/71

Trata-se da criação de um novo curso-licenciatura de Ciências Biológicas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, e em consequência sujeito às exigências do Artigo 47, da Lei n. 5.540/68, com a redação dada pelo Decreto-lei n. 842/69.

PROCESSO CEE - N° 456/71

INTERESSADO - COORDENADORIA DO ENSINO SUPERIOR

ASSUNTO - Sobre transformação do Curso de História Natural em Ciências Biológicas, na FFCL de Rio Claro.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

RELATOR - Conselheiro PAULO GOMES ROMEO

V O T O

Vem o presente processo à Comissão de Legislação e Normas no sentido de esclarecer se o curso de Ciências Biológicas a ser instalado e autorizado a funcionar, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, deve para este funcionamento depender da autorização por decreto do Exmo. Senhor Presidente da República, conforme o previsto pelo art. 47 da Lei n° 5.540, com a redação dada pelo Decreto-lei n. 842/69.

Histórico:

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, com base no parecer n° 107/70 do Egrégio Conselho Federal de Educação, solicitou a extinção do Curso de História Natural e a sua substituição pelo Curso de Ciências Biológicas.

Aprovando o parecer n° 462/71 da ilustre Conselheira Amélia A. Domingues de Castro, o egrégio Conselho Pleno autorizou:

1) A instalação e funcionamento do curso de licenciatura em Ciências;

2) Criação e funcionamento do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Ainda, quanto à necessidade deste novo curso (Ciências Biológicas) depende para seu funcionamento da autorização, por decreto, do Senhor Presidente da República, na forma do previsto no artigo 47 da Lei n. 5.540 (com a redação dada pelo Decreto-lei n. 842/69), isto porque:

O novo curso proposto resultaria da transformação, por força do parecer n. 107 do Conselho Federal de Educação, do curso de licenciatura em História Natural em pleno funcionamento. Nestas condições, o novo curso como resultante da transformação de outro extinto não necessitaria de autorização Presidencial.

Examinando o Parecer n° 107/70, e a portaria dele resultante, aprovada em fevereiro de 1970, verificamos que todo o estudo ali contido, gira em torno da inadequação de licenciatura em História Natural para atender o ensino das matérias do ginásio, e do ensino da biologia no 2° ciclo de nível médio.

Entende ainda o relator do parecer n° 107/70 que não se justifica mais, diante da técnica de pesquisa científica, a formação de naturalistas mediante o "bacharelado em História Natural.

Não me furto em transcrever considerações do parecer, de autoria do próprio conselheiro Roberto Santos, Relator:

A -A licenciatura em Ciências para o 1° ciclo atende melhor às exigências do ensino das matérias do ginásio, que a licenciatura em História Natural;

B -A licenciatura em Ciências Biológicas atende melhor às exigências do ensino da Biologia no 2° ciclo de nível médio que a licenciatura em História Natural;

C -A evolução das técnicas de pesquisa científica tão pouco justifica formação de grande número de naturalistas, me diante o bacharelado em História Natural.

D -A revisão do currículo mínimo de licenciatura em Ciências para o 1° ciclo será objeto de outro parecer deste Conselho.

E -No presente parecer cabe, então, apenas, sugerir novo currículo mínimo para os cursos de licenciatura de ciências biológicas e de bacharelado em Ciências Biológicas, modalidade médica", parecer CFE n° 107/70 (fls. 82 do Proc.).

Do parecer resultou portaria que fixou novo currículo mínimo de conteúdo e duração dos cursos de ciências biológicas, a qual depois de fixar essas condições, estabelece no art. 3°:

"Art. 3° - Ficam revogadas as Resoluções anteriores deste Conselho referentes ao currículo mínimo e à duração dos cursos de História Natural e de Ciências Biológicas".

Verifica-se, portanto, que toda a argumentação do parecer é no sentido de que o curso de História Natural não mais atende às exigências do ensino e da pesquisa, e que para o setor do ensino do qual ele se ocupava melhor está atendido pelos cursos de ciências e de ciências biológicas, motivo pelo qual a portaria dando nova estruturados cursos de ciências biológicas extinguem os currículos de História Natural.

Em nosso entender o que houve não foi uma transformação dos cursos de História Natural em cursos de Ciências Biológicas, mas a extinção dos currículos de História Natural, e a indicação no corpo do parecer de que os cursos de Ciências Biológicas melhor atenderiam quando destinados à formação de professores, as áreas nas quais atuavam os licenciados em História Natural.

Assim sendo, o que se fará em Rio Claro não é a transformação da licenciatura em História Natural em licenciatura de Ciências Biológicas, mas sim a extinção da primeira e sua substituição pela segunda, e portanto criação de um novo curso na estrutura da Faculdade, e por consequência sujeito às exigências do art. 47.

De passagem quero observar que estudado o parecer do egrégio Conselho Federal de Educação, verifique os cursos de História Natural não estão obrigatoriamente extintos, pois no parecer 648/70, de 4 de setembro de 1970 (Documenta 118/70), que trata do pedido de reconhecimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mato Grosso, consta o Curso de História Natural como integrante da Faculdade, idem na análise de seu corpo docente, e a relatora, a ilustre Conselheira Nair Fortes Abu-Mehry, nas exigências formuladas para modificações do regimento, como nas de ordem geral, não inclui o da exclusão do curso de História Natural, ou de sua transformação em Ciências Biológicas. (Documenta n° 118, pgs. 130 a 147). Assim em pareceres aprovados várias vezes após o parecer n° 107/70, o Conselho Federal de Educação considera em pleno funcionamento e passível de reconhecimento do Curso de História Natural.

Concluo, portanto, que se trata de curso novo, e dependerá de decreto presidencial para seu funcionamento.

A Comissão de Legislação e Normas, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do Voto do Nobre Conselheiro Paulo Gomes Romeo.

Sala das Sessões da Comissão de Legislação e Normas, em 17 de novembro de 1971.

(aa) Conselheiro MOACYR E. VAZ GUIMARÃES - Presidente

Conselheiro PAULO GOMES ROMEO - Relator

Presente os Conselheiros Jair de Moraes Neves, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello.